

O CONSELHO ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO DEMOCRÁTICA

*Rita Joseane da Luz Ziegemann¹
Raimundo Nonato Júnior²*

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de intervenção pedagógica sobre “Os Caminhos do Conselho Escolar da Escola Pública”, vinculada ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE/PR. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2008 e 2009 em uma escola pública estadual. A investigação foi pautada pelos princípios dos métodos da pesquisa-ação e da pesquisa sociopoética, realizando-se por meio de oficinas de produção e análise de dados. Em suma, os resultados da pesquisa apontam que o conselho escolar enfrenta diversos desafios conceituais, operacionais e políticos para se instaurar como uma efetiva instância da escola pública.

Palavras-chave: Escola Pública. Gestão Escolar. Democracia. Conselho Escolar.

ABSTRACT

This article presents the results of an Educational Intervention on "The Ways of School Council of State Public School", linked to the Educational Development Program of the State of Parana - EDP / PR. The research was conducted between the years 2008 and 2009 in a State Public School. The investigation was guided by the principles of the action research and the social poetic methods, taking place through workshops production and analysis results. In short, the research results indicate that the school Council faces several conceptual, operational and policy challenges to establish as an effective body of public school.

Key-words: Public School. School Management. Democracy. School Council.

¹Professora da Rede Estadual do Paraná – Graduada em Ciências com complementação em Biologia - UNICENTRO/PR. Especialista em Biologia - FAFIJAN/PR

²Professor Orientador do PDE/UNICENTRO. Mestre em Educação – Universidade Federal do Ceará, Docente da UNICENTRO/Guarapuava.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta resultados da intervenção pedagógica realizada com o objetivo de compreender o funcionamento do Conselho Escolar da Escola Pública, bem como encaminhar esta análise para uma otimização nos trabalhos efetivados por tal instância, contribuindo ainda mais com a construção do processo educacional para todos.

Esta investigação foi desenvolvida como atividade do Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – PDE/PR, amparada pela Lei Complementar Nº 103/2004, a qual consolida uma política de formação continuada e valorização dos professores estaduais do Paraná, como pesquisadores da realidade pedagógica presente nos estabelecimentos de ensino público.

As condições complexas da vida na sociedade contemporânea juntamente com as implicações geradas nas instituições sociais, especialmente na escola, clamam por novas formas de organização do trabalho educativo, por novos encaminhamentos dos processos decisórios nas escolas e, sobretudo, de garantia de formas alternativas e participativas no processo de gestão escolar.

A gestão democrática da escola pública se coloca hoje como um dos fundamentos da qualidade na educação, como exercício da cidadania, uma vez que contém o princípio da participação da sociedade. O trabalho desenvolvido justifica-se tendo em vista as dificuldades de participação dos conselheiros escolares no processo educativo e a busca por um melhor direcionamento quanto a questão democrática.

A luta pela democratização do país é um eterno caminhar social na busca da superação das desigualdades de classe. No âmbito da educação este caminho contínuo pode ser aprimorado, quando se busca a construção e ampliação de espaços de organização e de participação da comunidade. Nas escolas públicas do Paraná, o Conselho Escolar instituiu-se como possibilidade de democratização, uma vez que se pretende fortalecer o envolvimento de pais e alunos tanto nas questões educativas quanto nas tomadas de decisão.

O trabalho foi desenvolvido no Colégio Estadual Antônio Dorigon – EFMP, do município de Pitanga, o qual aprofundou reflexões sobre a participação da

comunidade na escola, buscando indicativos de respostas às questões: Qual é a real efetividade dos conselhos escolares na escola pública do Paraná? E como contribuir para que esta instância instaure uma concepção democrática?

Os dados produzidos para esta pesquisa ocorreram nas seguintes fases: 1) Investigação Bibliográfica – com leitura de livros, textos, teses e artigos científicos que abordam as temáticas: Educação, Gestão Democrática, Projeto Político Pedagógico, Conselho Escolar; 2) Análise Documental – por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96 e Constituição Federal de 1988, no que tange a gestão democrática; estudo do Estatuto do Conselho Escolar; do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar da escola pesquisada; 3) Produção de Material Didático – na intenção de provocar o estudo e o debate sobre o tema com o grupo envolvido, assim como embasamento teórico; 4) Grupo de Trabalho em Rede – de forma *on line* proporcionar debate entre educadores de diferentes realidades; 5) Intervenção Pedagógica na escola – por meio de oficinas didáticas pautadas pelos princípios da Pesquisa Sociopoética (prática social de produção de conhecimento) e da Pesquisa-ação - visando um caminhar na direção da transformação da realidade, por meio da participação dos conselheiros escolares.

Desta forma, os conteúdos debatidos serão apresentados na seqüência, em dois momentos: Base Teórica e Dados Empíricos - resultados dos debates nas oficinas didáticas com o Conselho Escolar e no Grupo de Trabalho em Rede.

2. PARA PENSAR OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO

Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário uma ampla pesquisa de conteúdos a respeito de concepções e conceitos como educação, democracia, gestão escolar, projeto político-pedagógico e instâncias colegiadas como o conselho escolar, as quais permeiam o currículo real da escola pública.

A revisão teórica não atua apenas como fundamento do trabalho, mas oferece conteúdos de categorias que serão relacionados com a prática de resultados das discussões vivenciadas pelo grupo envolvido na pesquisa.

2.1. EDUCAÇÃO E CONCEITOS

Ao processo educativo corresponde um conjunto de ações, relações de significado que permeiam o viver do ser humano. Por meio da educação, ele adquire capacidade para conhecer e compreender a realidade que o cerca, assim como as questões sociais, políticas, culturais e econômicas que dela fazem parte, interagindo e socializando-se com a comunidade. A palavra Educação remete nossos pensamentos à escola, porém ela não é a única responsável pelo processo educativo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, no seu artigo 1º estabelece:

Art. 1.º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p. 01)

A escola pública tem como função social trabalhar com os saberes historicamente acumulados na intenção de desenvolver cidadãos críticos e participativos na sociedade, capazes de desempenhar bem suas funções sociais, com voz e vez, por justiça e igualdade a todo ser humano, num processo de transformação social (ZIEGEMANN et all, 2008). É a instituição especializada da sociedade, responsável por oferecer oportunidade e garantir aprendizagem a todos, sem exclusão de qualquer natureza.

A educação atua como coadjuvante no movimento de transformação social. Melhor dizendo, atua através da elaboração e/ou reelaboração do conhecimento como condição indispensável na luta pela transformação histórica. (PRAIS, 1990, p.38)

Prais (1990) coloca a educação como um dos requisitos básicos para que os indivíduos possam exercer seu papel de cidadão.

Para Libâneo (2007) a educação é

O conjunto das influências do meio natural e social que afetam o desenvolvimento do homem na sua relação ativa com o meio social. [...] compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não. (LIBÂNEO, 2007, p. 81-87)

O processo educativo se dá em todos os lugares, das mais variadas formas, continuamente nas diversas relações sociais. Os seres humanos interagem e apropriam-se de saberes que podem ser intencionais – educação não-formal e formal, ou não intencionais – educação informal.

Segundo Libâneo (2007, p. 88) a *educação formal* “seria, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática”. Ela representa um processo único, associado quase sempre às escolas. Isto não significa que a educação formal não acontece em outras instâncias não conveniadas.

A *educação não-formal* é aquela definida como as práticas educativas realizadas em instituições não conveniadas de educação como centros culturais, museus, agências formativas para grupos específicos (o estudo de línguas estrangeiras e de especialidades técnicas, por exemplo) etc. Ela apresenta currículos e programas, mas não oferecem graus ou diplomas oficiais.

Segundo Libâneo (2007, p. 93) “na sociedade estão presentes processos educativos informais, espontâneos, difusos envolvendo práticas de socialização sem o caráter de institucionalidade e intencionalidade”. Na *educação informal* não há lugar, horários ou currículos, os conhecimentos são partilhados em meio a uma interação sociocultural. Nela, o ensino-aprendizagem ocorre espontaneamente, sem que, na maioria das vezes, os próprios participantes do processo tenham consciência disso. Ocorre em meio à família, ao ambiente de trabalho, a partir da mídia, em espaços de lazer, entre outros, e resulta no desenvolvimento de conhecimentos e valores.

A escola, mesmo sendo tipicamente formal, não pode dispensar seus vínculos com a educação informal e não-formal, num processo democrático de saberes. Conforme citado em Ferreira (1998, p. 38), para Kuenzer (1998)

A efetiva democratização da educação só será possível com a efetiva democratização da sociedade em outro modo de produção, onde todos os bens materiais e culturais estejam disponíveis a todos os cidadãos.

Para compreendermos a democratização social, faz-se necessário refletir a própria democracia, que para Chauí (2006) significa

a) igualdade, b) soberania popular, c) preenchimento das exigências constitucionais, d) reconhecimento da maioria e dos direitos da minoria, e) liberdade. CHAUI (2006, p. 148)

Por este aspecto podemos constatar que a democracia encontra-se fragilizada perante a sociedade capitalista na qual estamos inseridos.

Segundo Pont (2000), a democracia se caracteriza

[...] por seu potencial mobilizador e conscientizador, permite aos cidadãos desvendar o Estado, geri-lo e estabelecer um efeito de demonstração para outros setores da sociedade traduzirem o método para outras esferas da luta política e da competência administrativa. (PONT 2000, p. 34)

Pensar a escola como espaço de democracia é um grande desafio para o gestor. Construir uma escola mobilizadora e consciente, participativa e inclusiva, é instituir continuamente relações democráticas, rompendo com a alienação, com a exploração, com o autoritarismo, enfim, com toda forma de hegemonia.

2.2.GESTÃO ESCOLAR E OS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS

Na escola pública, permeando a educação formal e a educação não formal, encontra-se, entre outros aspectos, a Gestão Escolar. Para abordarmos o conceito de gestão escolar, faz-se necessário analisar o conceito de gestão, que para Libâneo (2004) é

[...] a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnicos-administrativos. (LIBÂNEO, 2004, p.101)

Gestão é sinônimo de administração. O administrador demarca responsabilidade às pessoas do grupo, a fim de que não se perca a coesão do trabalho, mantendo-se a eficiência exigida.

A concepção de gestão escolar, envolve os aspectos democráticos e pedagógicos, além dos aspectos administrativos. A este respeito Prais (1990) descreve que

Administração escolar entendida e assumida como prática participativa é um dos elementos decisivos, sessão importante, para a efetivação de uma forma democrática de organizar o trabalho pedagógico na escola. (PRAIS, 1990, p.16)

Assim, o perfil do gestor, que muitas vezes está carregado de práticas autoritárias e conservadoras passa a ser reinventado, reformulado a partir de concepções e posturas de caráter democrático. O papel da gestão escolar, conforme citado em Nogueira & Rizzotto (2003, p. 209), segundo Paro (2000)

está intimamente ligado à democracia, pois, entre outros benefícios, proporciona a aquisição de valores e recursos democráticos proporcionadores da convivência pacífica entre os homens em sociedade.

No contexto atual das escolas públicas, porém, temos outras faces de gestores contraditórias à anteriormente citada. Desta forma, vale ressaltar os vários perfis dos gestores. Dos perfis de gestores, presentes nas escolas, destacamos a *gestão autoritária*, onde as decisões são tomadas somente pelo diretor, que comunica suas idéias prontas, sem a participação dos envolvidos no processo escolar. Ele se vê como administrador e guardião da escola, cumprindo seu papel burocrático.

Na *gestão laissez-faire* (do Francês “deixa estar”) os gestores escolares não exibem comportamentos típicos de liderança, evitando tomar decisões e esquivando-se de qualquer responsabilidade. Em ambos os casos, a dinamização da escola fica prejudicada. O envolvimento e a relação com a comunidade escolar ou local, podem gerar tensões, conflitos, descontentamento e descomprometimento das pessoas, uma vez que, na gestão autoritária o poder é absoluto e, no segundo caso, não há um gestor responsável. A escola vira um caos.

A *gestão compartilhada*, conforme citado em Nogueira & Rizzotto (2003, p. 215), para Silva (2001) é “originária do modelo de gestão empresarial que tem como meta a excelência dos serviços”. Na gestão compartilhada não há tomada de decisões pelo colegiado, somente a execução é dividida entre os membros.

A *Gestão democrática* tem seu conceito associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico e à participação responsável de todos. Quando ela é assumida no processo de tomada de decisões, mediante um compromisso coletivo, desenvolverá resultados educacionais cada vez mais significativos. Veiga (1995) afirma que

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a

separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. (VEIGA, 1995, p.18)

A *gestão democrática* permite a criação coletiva de decisões e posicionamentos críticos que combatem idéias burocráticas de hierarquia, uma avaliação do cotidiano escolar como um todo, um repensar do seu Projeto Político Pedagógico e o fortalecimento da autonomia da escola.

A Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 206 garante a organização democrática do ensino público. O que foi confirmado, em 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9394/96 no seu Artigo 3º, inciso VIII. A mesma lei, em seus artigos 14 e 15, colocam as seguintes determinações:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II...

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público. (BRASIL, 1996, p. 06)

Nestes artigos fica clara a obrigatoriedade da gestão democrática, porém não se estabelece diretrizes bem definidas para delinear-la, apenas aponta a participação de todos os envolvidos.

Para Libâneo (2004), a gestão escolar visa

a)prover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula; b) promover o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação e fazer o acompanhamento e a avaliação desta participação, tendo como referência os objetivos de aprendizagem; c) garantir a realização da aprendizagem de todos os alunos. (LIBÂNEO, 2004, p.100-101)

Os princípios elencados por Libâneo (2004) são fundamentais para o desenvolvimento da gestão democrática, uma vez que o colegiado é o responsável pela construção ou reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

2.3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ALICERCE PARA O TRABALHO COLETIVO

Por meio do Projeto Político Pedagógico, a comunidade escolar tem voz, com base no que ela tem, buscando o que deseja realizar, considerando a formação do cidadão e as ações educativas para tal propósito. O Projeto Político Pedagógico precisa passar pela autonomia da escola e assim delinear sua própria identidade. Daí a importância de se promover uma escola na perspectiva democrática, onde a participação de todos (comunidade escolar e local) é fundamental.

Segundo Veiga, (1995, p.15) “O PPP não visa simplesmente a um rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido”. Dessa forma, o projeto não é um documento para ser arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais, a quem a escola é subordinada. É sim, algo vivo, que coloca a escola como instituição inserida na sociedade, presente no processo de contradições sociais. Portanto, ele deve ser carregado de intencionalidades e de possibilidades, assumidas coletivamente, tendo em vista a igualdade, o respeito às diferenças, evitando a exclusão. Nas palavras de Marques (1990)

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legitimadas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação. (MARQUES, 1990, p. 21).

O convívio e o envolvimento do diretor com a comunidade, assim como sua capacidade de liderança participativa e democrática, são atribuições fundamentais para os gestores de escola. Libâneo (2004) elenca seis áreas de atuação do gestor escolar :

a) Planejamento, formulação e execução do projeto pedagógico curricular; b) Organização e desenvolvimento do ensino; c) Práticas de gestão técnico-administrativa e pedagógico-curriculares; d) Desenvolvimento profissional; e) Avaliação institucional e da aprendizagem. (LIBÂNEO, 2004, p. 264)

Tais elementos não ocorrem de forma isolada, e sim, de forma sistemática, articulada e permanente e vão se materializando nos planos e projetos elaborados pela escola, buscando garantir a organização e o desenvolvimento da gestão escolar. Para tanto, é fundamental o domínio teórico e prático ao diretor, a

fim de que o mesmo exerça sua função com segurança e obtenha o envolvimento de todos.

O planejamento é o que sistematiza a organização do trabalho pedagógico, administrativo, financeiro, social e político, assegurando a participação do colegiado. O processo e o exercício de planejar constituem uma antecipação da prática, ou seja, planejar é prever e programar as ações e os resultados desejados, possibilitando a tomada de decisões pelos envolvidos.

A escola necessita elaborar e acompanhar seu Projeto Político Pedagógico (PPP), articulando-o ao Plano de Trabalho ou Plano de Ação da Escola, definindo os objetivos a curto prazo. O controle e acompanhamento dessas ações é função do gestor escolar, assim como o cumprimento do Regimento Escolar e das demais legislações que regem a educação no país, estado e município. A gestão democrática é um processo contínuo na caminhada escolar que pode se consolidar pelo viés da construção e da reconstrução do PPP, buscando o envolvimento das instâncias colegiadas que sustentam a democracia na escola, como o Conselho de Classe, o Conselho Escolar, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários e o Grêmio Estudantil.

2.4. CONSELHO ESCOLAR PEÇA FUNDAMENTAL PARA O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA

Neste contexto, faremos um recorte sobre a importância da atuação do Conselho Escolar na escola pública, numa perspectiva de gestão democrática.

Conforme citado anteriormente, a LDB 9394/96 prevê ao ensino público a organização democrática e, no seu artigo 14, inciso II garante “a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. (BRASIL,1996, p. 06)

Em 1991 no Paraná, por meio da Resolução Nº 2.000/91, a Secretaria de Estado da Educação - SEED, decretou o Regimento Escolar Único para todas as escolas públicas, no qual constava a existência do Conselho Escolar.

Ainda em 1991, o Conselho Estadual de Educação do Paraná vedou a elaboração de Regimento Único e estabeleceu que todas as escolas teriam um órgão máximo de decisões coletivas. Assim instituiu-se o Conselho Escolar pela Deliberação 020/91.

Em 2004, a SEED revoga a determinação do Regimento Único e transfere a competência aos Núcleos Regionais de Educação para análise e aprovação dos Regimentos Escolares, por intermédio da Resolução 4839/04. Entre 2004 e 2005 todas as escolas estaduais do Paraná, discutiram a proposta de reformulação do Estatuto do Conselho Escolar. O novo Estatuto do Conselho Escolar foi aprovado pela Resolução 2124/05-SEED, publicada em 15/08/05. Mais tarde, em 2008 esta resolução foi revogada pela Resolução Nº 4.649/08-SEED, a qual amplia a competência dos Núcleos Regionais de Educação para aprovação dos Estatutos do Conselho Escolar dos estabelecimentos de ensino da Educação Básica do Paraná.

Conforme o Estatuto do Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED. (PARANÁ, 2005, p.09)

Entende-se por natureza deliberativa a decisão sobre assuntos políticos-pedagógicos, administrativos e financeiros da escola, aprovação de encaminhamentos de problemas, apresentação de alternativas para soluções dos conflitos, garantindo a elaboração ou cumprimento de normas internas e externas e decidindo sobre o funcionamento geral da escola. Já a natureza consultiva revela o caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e emitindo pareceres. Segundo Antunes (2002, p. 23) “o Conselho vai muito além de apresentar propostas; ele decide, determina onde e como”.

O Conselho Escolar avalia e fiscaliza o cumprimento do PPP, o acompanhamento das ações pedagógicas, administrativas e financeiras,

garantindo o cumprimento das normas da escola, mobilizando os conselheiros para a efetivação de melhoria da qualidade social do processo educativo e da gestão democrática. Essas funções se interligam e se completam, não havendo predominância de uma sobre a outra. Paro (1995) constatou que:

Embora a participação de pais e alunos nas decisões do Conselho da Escola nem sempre se faça da forma intensa que muitos poderiam esperar, o fato de ser aí o local onde se tomam ou se ratificam decisões de importância para o funcionamento da unidade escolar tem feito com que este órgão se torne a instância onde se explicitam e procuram resolver importantes contradições da vida escolar. (PARO, 1995, p.154)

A não-participação ou a participação pouco ativa dos representantes no conselho se dá devido a diversos fatores. Dentre eles podemos citar, o desconhecimento da real função do conselho, falta de tempo específico para a função, falta de incentivo aos conselheiros por parte da direção, falta de articular encontros em horários que possibilitem a presença dos membros do conselho, empobrecimento do relacionamento inter-pessoal e até mesmo, pela visão negativa a respeito de tal participação. Para Veiga, (2007, p. 118) “é tarefa imprescindível da escola democrática, portanto, ouvir a palavra da sua comunidade escolar”. Sendo o diretor membro nato do Conselho Escolar, é fundamental uma afinada relação entre ele e os demais membros do conselho. A interação e organização dos conselheiros por meio de grupos de estudo e discussão faz-se necessário, visto que a comunicação no conselho escolar se dá

[...] em geral, entre as pessoas com diferentes formações e habilidades, ou seja, entre agentes dotados de distintas competências para a construção de um plano coletivo e consensual de ação. (GUTIERREZ e CATANI, 1998, p. 71)

Ressalta-se, assim, a importância dos diferentes tipos de educação (formal, informal e não formal) presente nos representantes do conselho da escola, reforçando seu papel no contexto das relações sociais que permeiam a escola e a comunidade, valorizando os diferentes saberes. Veiga (2007) elenca quatro objetivos importantes relacionados ao desempenho do conselho:

a) favorecer a aproximação dos centros de decisões dos atores; b) facilitar a comunicação e romper com as relações burocráticas, hierárquicas e formais; c) possibilitar a delegação de responsabilidade e o envolvimento dos diferentes segmentos; d) gerar empoderamento, isto é, descentralização, ou melhor, desconcentração de poder. (VEIGA, 2007, p. 121)

A busca pela superação do trabalho burocrático, da descentralização do poder e da centralização de forças na gestão democrática, é papel desta instância. Dentre as várias características já mencionadas sobre o conselho de escola, destaca-se a do sentimento de pertença, do vínculo de cumplicidade estabelecido por esta instância e as ações da escola, o que pode ultrapassar os muros da mesma e refletir na vida da comunidade, ampliando o princípio da educação para todos.

O Conselho Escolar, visto como “sustentáculo do PPP” (VEIGA, 2007, p. 126) deve garantir o seu funcionamento ativo, organizando encontros pré-estabelecidos em calendário anual. Para Antunes (2002, p. 23) é “no Conselho que os problemas da gestão escolar serão discutidos e as reivindicações educativas serão analisadas”.

Considerando a importância desse órgão colegiado, o processo de eleição do Conselho Escolar acontece de forma democrática, conforme o Estatuto estabelecido pelas Secretarias Estaduais de Educação. No Paraná, o mandato é de dois anos e a representatividade se dá conforme o exposto no artigo 17 do Estatuto do Conselho Escolar:

O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade que abrange toda a comunidade escolar, terá assegurada na sua constituição a paridade (número igual de representantes por segmento) e a seguinte proporcionalidade: I – 50% (cinquenta por cento) para a categoria profissionais da escola: professores, equipe pedagógica e funcionários; II – 50% (cinquenta por cento) para a categoria comunidade atendida pela escola: alunos, pais de alunos e movimentos sociais organizados da comunidade. (PARANÁ, 2005, p. 12)

Partindo da concepção democrática, a escola deve motivar a participação ativa da comunidade escolar e local no processo eletivo do conselho. Assim como, também, ouvir, registrar e divulgar o que os alunos e a comunidade pensam, falam e escrevem sobre a concepção da escola pública e das desigualdades da sociedade. Para Antunes (2002, p. 35) “Pais e alunos têm muito a contribuir com a construção de uma escola pública de melhor qualidade”. Desta forma, a escola se transforma em local de estudos, de trabalho, de troca de ideias, de análise da realidade escolar, num exercício de cidadania vivenciado pelos participantes. Os conselheiros passam a organizar as atividades

necessárias, fazendo parte do processo, num envolvimento coletivo, cumprindo, assim, sua função político-pedagógica. O olhar político-pedagógico tem como foco principal a *aprendizagem* a qual está implícita no planejamento, na implementação e na avaliação das ações da escola.

É preciso que os profissionais da educação, assim como a sociedade em geral, busquem formas mais ativas de participação na escola para que o Conselho Escolar seja percebido como parte da gestão escolar, atuando de forma intensa, contínua e efetiva na busca de uma escola autônoma, transformadora e comprometida com a educação pública de qualidade.

3. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os diversos dados produzidos ao longo da investigação no Colégio Estadual Antônio Dorigon – EFMP foram avaliados em sua coerência, suas contradições e em suas complementaridades. Tendo em vista estas categorias foram realizadas análises qualitativas e quantitativas que se seguem, a partir dos critérios metodológicos adotados no trabalho. Estas análises buscam explicitar como seria possível compreender uma realidade mais ampla da escola, articulando revisão teórica com dados prévios da investigação. A população pesquisada nesta investigação foi composta por um público misto formado de conselheiros, alguns membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários, alunos representantes de turma e pessoas interessadas que tem relação com a escola pesquisada. Cerca de 50% (cinquenta por cento) eram pessoas ligadas ao conselho escolar e Associação de Pais Mestres e Funcionários diretamente envolvidos com a gestão escolar. A seguir apresentamos os resultados destes dois tipos de análise.

3.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

Os dados quantitativos aqui apresentados foram coletados no primeiro encontro com o grupo, por meio de um questionário prévio, contendo 18 (dezoito) questões objetivas, dentre estas, 5 (cinco) abertas para considerações dos

participantes.. Estes indicativos qualitativos configurarão alguns gráficos, todos elaborados pela pesquisadora.

Esta análise quantitativa está classificada com esta nomenclatura pelo fato de as informações terem sido coletadas objetivamente, produzindo quantidade de subsídios. Porém, a análise e os comentários a cerca dos dados apreciados, também apresentam uma natureza qualitativa, contextualizando-os dentro do problema levantado no início da investigação.

O objetivo deste questionário foi o de verificar o possível conhecimento, a priori, que o grupo teria, sobre o tema, anterior ao desenvolvimento das oficinas planejadas para a intervenção (a instrumentalização destas oficinas se seguirá no próximo tópico de análise). Para a pesquisa, este levantamento era de vital importância, pois, a partir do nível de conhecimentos, conteúdos e experiências, seriam traçados apontamentos importantes e necessários para o desenvolvimento das oficinas.

O instrumento foi aplicado aos participantes na primeira oficina, sendo que 20 (vinte) pessoas responderam a todas as questões. As questões apresentadas retratavam aspectos fundamentais a cerca do trabalho dos conselheiros, assim como entendimentos legais e conceituais sobre o conselho escolar.

Diante da afirmação: “Na escola a gestão é democrática”. 35% (trinta e cinco por cento) dos participantes responderam que sim e 65% (sessenta e cinco por cento) concorda parcialmente, justificando que algumas decisões da direção são desconhecidas pelos membros do grupo ou somente tornam-se socializadas após a efetivação das mesmas.

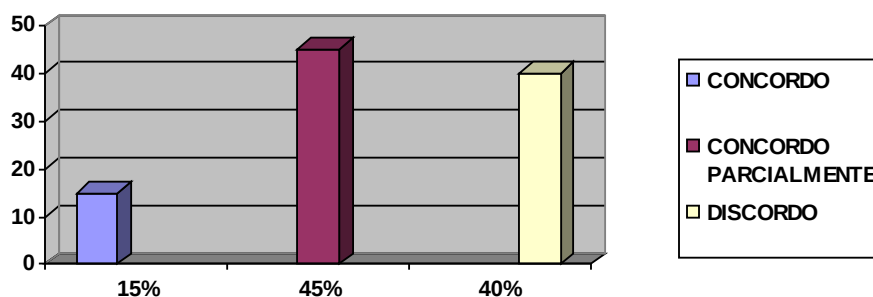
Quanto às questões que abordam a atuação do conselho escolar, as funções dos conselheiros na escola, o processo eleitoral da instância e o caráter do grupo que é de representação da comunidade escolar, as respostas dos participantes apontam para o conhecimento parcial destas informações.

O grupo demonstra conhecer, em partes, o papel do conselho escolar na escola, o que é comprovado com o resultado da questão seguinte: “O conselho escolar deve acatar as decisões da direção, sem discutir a respeito”? 70%

(setenta por cento) dos conselheiros discordam; 20% (vinte por cento) concordam parcialmente e 10% (dez por cento) concordam. Da mesma forma, na questão que coloca “o conselho escolar como órgão que acompanha, avalia e implementa o projeto político-pedagógico da escola”; evidenciou-se que 85%(oitenta e cinco por cento) dos conselheiros concordam e 15%(quinze por cento) concorda parcialmente.

O conceito de democracia como atuação/execução de atividades é exposto no gráfico seguinte, como resultado da pergunta: “No processo educativo da escola pública as decisões devem ser tomadas pela direção escolar e as instâncias só executam”?

Gráfico 1: Tomada de decisão



Com base nos dados apresentados no gráfico, percebe-se que uma parcela significativa dos participantes discorda de que, na escola pública, a tomada de decisões seja apenas da direção, colocando a necessidade da participação do colegiado. Isto é afirmado com os depoimentos a seguir: “As decisões devem ser tomadas por todos”; “Deve haver a participação das instâncias desde o planejamento até a tomada de decisões” e ainda: - “Tem que ter a opinião dos alunos também, para ver se concordam ou não”. Todavia, uma minoria de entrevistados que afirmou não ser importante tal participação, visto que “o diretor é quem está por dentro do que acontece na escola e conhece as necessidades”. Tendo em vista estas posições, percebe-se que a escola tem instaurado algum debate inicial neste sentido, mas que ainda faltam efetivações de algumas práticas no sentido de consolidar a importância da tomada de decisões coletiva.

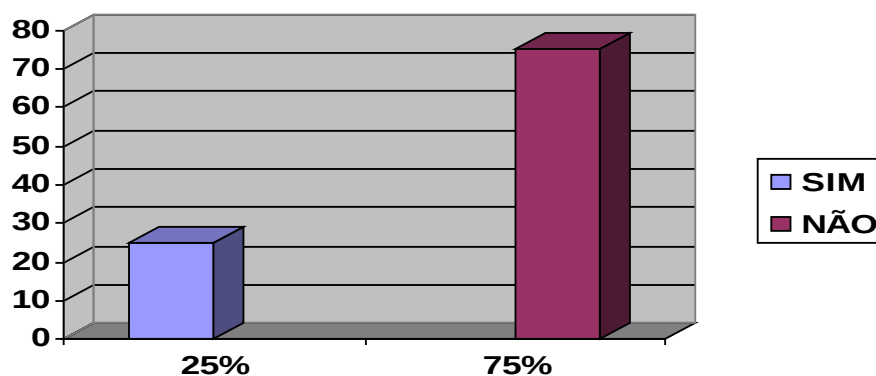
Diante da seguinte afirmação “o Conselho Escolar tem como função principal a administração burocrática da escola, ou seja, assinar papéis quando necessário”, o resultado da questão foi o seguinte: 25% (vinte e cinco por cento) concordou; 25% (vinte e cinco por cento) concordou parcialmente e 50% (cinquenta por cento) dos participantes discordam. Ao comentar os motivos de seus posicionamentos os entrevistados apresentaram várias justificativas, dentre as quais foram predominantes:

- 1) O fato de o conselho escolar estar próximo à gestão da escola;
- 2) O conselho escolar ter como objetivo a resolução de problemas;
- 3) Os membros do conselho representarem os diferentes segmentos;
- 4) O conselho escolar não se restringir apenas a assinatura de papéis;

A respeito deste último tópico, diversos entrevistados salientaram a importância do conselho não se restringir a execução da burocracia, uma vez que esta tem sido uma prática recorrente dos conselhos analisados.

Quanto ao conhecimento das questões legais que legitimam o colegiado, dentre elas a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases e a Deliberação 020/91, o grupo demonstrou fragilidade e pouco conhecimento a respeito. A falta de conhecimento do Estatuto do Conselho Escolar da escola é algo real entre a maioria dos entrevistados, o que é exposto no gráfico a seguir:

Gráfico 02: Conhecimento do Estatuto do Conselho Escolar



O resultado da questão, assim como das demais a respeito, deixa claro a necessidade de estudo e discussão das legislações que embasam o trabalho dos conselheiros.

Estes dados preliminares demonstraram que os conselheiros não possuíam conhecimento de conteúdos e legislações a respeito do Conselho Escolar. Percebeu-se ainda que a vivência de alguns membros na função de conselheiros era mínima. Diante desta constatação, ficou evidente a necessidade de uma revisão das ideias de burocracia, sobre novos conceitos políticos e de atuação dos conselhos no Paraná.

Um ponto bem interessante demonstrado ao longo destas análises foi o fato de os conselheiros demonstrarem-se críticos ao próprio processo que eles participam, analisando sem quaisquer comedimentos aquelas áreas em que percebem a necessidade de significativas melhorias. Desta forma, o questionário prévio cumpriu o seu papel, tecendo uma rede para que a pesquisa qualitativa pudesse se desenvolver, atendendo as demandas necessárias para a instituição do conselho escolar da escola pesquisada.

3.2. ANÁLISE QUALITATIVA: VIVÊNCIAS E DEBATES DO CONSELHO ESCOLAR – UMA ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES DE PESQUISA

As análises realizadas nesta etapa são resultados dos dados produzidos por meio das contribuições das oficinas, com os conselheiros da escola e do Grupo de Trabalho em Rede, com a participação de diretores, professores e pedagogos da Rede Estadual de Educação, na modalidade à distância.

Nas oficinas, estas contribuições, foram obtidas por intermédio de atividades propostas pela pesquisadora, juntamente com o grupo de co-pesquisadores, os quais participaram de seis oficinas presenciais intensivas. Os resultados serão apresentados a seguir, categorizados por módulos, que equivalem a um encontro.

3.2.1. ABORDAGENS UTILIZADAS NA INTERVENÇÃO COM O GRUPO

As oficinas utilizadas para a intervenção com o grupo de conselheiros foram guiadas pelos princípios de duas abordagens metodológicas, que são a *Sociopoética* e a *Pesquisa-ação*. No que tange a pesquisa Sociopoética, o método foi aplicado para definir o estilo de produção de dados, a criatividade, a utilização de atividades lúdicas (produções pictóricas, Teatro Imagem de Boal, grupos, debates entre outras), buscando uma maneira de isentar a hierarquização, para que o público pesquisado não se comportasse passivamente, mas como co-pesquisadores. Os participantes não eram apenas fontes fornecedoras de dados e sim sujeitos que produziam a pesquisa junto com o pesquisador, atuando de maneira ativa e pensante. Isso tem base nos princípios de Sociopoética que buscam viabilizar a construção cooperativa do conhecimento; tornar os pesquisados sujeitos da pesquisa; propiciar momentos de caráter informal e descontraído para que as pessoas se sintam a vontade, colocando questões que racionalmente não colocariam (PETIT, 2002). Para Gauthier (1999, p.50) a Sociopoética é aquela “trilha aberta à criatividade do grupo e dos indivíduos, aberta à poética da vida”, nunca pré-determinada, exposta ao acaso e ao inesperado.

No que tange a Pesquisa-ação, estas intervenções buscaram produzir um avanço dos conceitos junto à comunidade, uma vez que, a Pesquisa-ação parte de uma realidade vigente em busca de uma nova realidade (BARBIER, 2002). Assim, procurou-se compreender como se processavam os atuais conceitos, ideias e concepções do grupo dentro da vivência na escola, e avançar pensando quais estratégias, a partir do próprio grupo, poderiam ser traçadas para uma maior efetivação do conselho escolar, buscando parâmetros de mobilidade nas relações entre ele e a gestão da escola.

Os dados qualitativos que se seguem, estão embasados nestes métodos e estão distribuídos em seis módulos. Um módulo equivalente a cada uma das oficinas realizadas, sendo que os comentários e análises são feitos a partir dos resultados obtidos nestes módulos, em específico. Ao final, é feita uma análise transversal apanhando os conteúdos dos seis módulos.

3.2.2. CONSELHO ESCOLAR: CONCEITOS, HISTÓRIA E BASES LEGAIS (módulo 1)

A primeira oficina ocorreu numa sala de aula do Colégio Estadual Antônio Dorigon - EFMP e contou com 20 participantes. Havia uma expectativa que o grupo fosse formado apenas por conselheiros, porém, representantes de outros segmentos (APMF, representante de turmas, sociedade civil) também demonstraram interesse, formando então um grupo misto, cujo foco estava no debate do conselho escolar. Houve o apoio total da direção da escola para a realização das oficinas, disponibilizando espaço físico e equipamentos adequados para o desenvolvimento das atividades, permitindo a realização de atividades lúdicas de produção que estavam previstas.

Dentre as principais discussões realizadas, o grupo manteve o foco no objetivo do trabalho que seria o de debater a importância do engajamento de todos como co-pesquisadores, nas oficinas pensadas, a fim de efetivar um bom trabalho de pesquisa.

A proposta apresentada para este encontro foi discutir o conceito de Conselho Escolar. A atividade foi encaminhada por meio de uma reflexão sobre o papel do conselho escolar. Na sequência desta reflexão, foi solicitado a cada participante que, utilizando uma folha de papel e material de pintura, construísse uma imagem, um desenho que simbolizasse como ele percebe o papel do conselho escolar. A partir deste comando foram produzidas imagens que fomentaram o debate sobre o conselho escolar. Na sequência, os desenhos foram expostos para o grupo, em forma de painel. Neste painel, o grupo geral posicionou-se diante das percepções que os outros representaram em seus desenhos e cada um também se posicionou diante das suas intenções ao propor aquela imagem. Com este dois momentos de análise: autoprodução e produção do outro, os participantes puderam debater sobre as muitas possibilidades de compreender o conselho escolar na sua totalidade, relacionando em todos os momentos as imagens com o debate sobre o assunto proposto.

Ao produzirem imagens sobre o conselho escolar, praticamente todos os entrevistados destacaram valores como união, amizade, coletividade, sonhos,

conhecimento, força, divisão de tarefas, igualdade, aconselhamento. Eles destacaram que o cerne do conselho escolar seria a prática de valores. Quaisquer que fossem os seus posicionamentos, o direcionamento para o debate eram estes valores entre os membros e a comunidade escolar. Nas falas dos participantes também ficou evidente a importância da instância para o desenvolvimento do trabalho da gestão na escola, pois segundo um dos participantes “o conselho é um fio condutor das ações da escola”; complementando outro diz que “o conselho da escola é a expressão da democracia”; neste mesmo sentido, um terceiro conselheiro afirma que “o conselho é a luz que ilumina a escola”.

Percebe-se que o grupo, por intermédio dos registros e comentários, tem conhecimento do que seja o conselho escolar, embora não se tenha clareza de sua plena função na escola, nem do histórico e legislação que o ampara. Porém o grupo tem consciência do caminho a percorrer para se efetivar o ideal, embora ainda um pouco distante da realidade vivenciada pelo grupo. Já as afirmações que surgiram como: “o conselho serve para dar conselhos” ou ainda “a direção é quem toma as decisões na escola” são indícios claros de pontos limitantes em relação ao entendimento dos participantes quanto a atuação da instância.

Estes desafios apontados serviram de motivação para o debate da segunda oficina que trata do papel do conselho escolar e do estatuto.

3.2.3. O papel do Conselho Escolar e o Estatuto.(módulo 2)

Este módulo refere-se a aplicação da segunda oficina, a qual propõe o estudo e discussão a respeito do Estatuto do Conselho Escolar. Iniciamos o trabalho com uma breve retomada do encontro anterior, explorando algumas produções realizadas na primeira oficina, na intenção de localizar as pessoas que não haviam participado das primeiras discussões a respeito do conceito de conselho escolar.

Na sequência, realizamos a leitura de um trecho do livro: **Aceita um conselho? Como organizar um colegiado escolar**, de ANTUNES (2002, p. 29-30), o qual relata uma situação vivenciada numa reunião com conselheiros de

escola, quando o grupo sentiu-se sensibilizado e pensativo, percebendo qual é realmente o seu papel enquanto conselheiro e como atuar na função.

Realizamos, então, o estudo do Estatuto do Conselho Escolar da Escola, com leitura de trechos do documento em pequenos grupos, seguido de apresentação e discussão coletiva. A questão: “Pensar a escola como espaço de democracia”, colocada no quadro de giz, esteve presente o tempo todo como pano de fundo das discussões do grupo durante o estudo do documento.

Apesar de o grupo não ser o mesmo do primeiro encontro, os participantes expressaram suas angústias e dúvidas, assim como as conclusões sobre o documento estudado. Apontaram sugestões para o melhor cumprimento das suas funções, como organização de um cronograma de estudos e de um calendário de reuniões agendadas para o ano todo.

Durante as discussões, alguns participantes teceram comentários a cerca do Estatuto, relacionando-o ao desenvolvimento da função dos conselheiros na escola. Citamos algumas declarações importantes:

- a) “Não sabia que o conselho tinha tanto trabalho a fazer, que ele era tão importante”!
- b) “O conselho abrange toda a comunidade escolar? De que forma fazer isso se é uma dificuldade formar o conselho”?
- c) “Para sermos considerados membros do conselho, na integra, precisamos cumprir o art. 27. Qual é o caminho para isso”?
- d) “Acompanhar o processo de ensino e aprendizagem é nossa função”?
- f) “Precisamos estudar mais a respeito do papel do conselho”.

Nestas participações, entre outras relatadas pelo grupo, fica claro que, na sua maioria, os conselheiros não tinham conhecimento do documento em estudo, o Estatuto do Conselho Escolar da escola, nem mesmo de algumas funções primordiais a eles atribuídas.

O trabalho causou novo olhar sobre o funcionamento do conselho, assim como a percepção que alguns ajustes fazem-se necessários ao conselho do colégio, como quanto à representatividade e sua relação com a comunidade escolar, a dedicação ao conhecimento das funções estabelecidas no estatuto, a necessidade de organização do grupo com relação ao tempo/ação e ao fortalecimento do envolvimento do grupo com o Projeto Pedagógico e processo de ensino e aprendizagem na escola.

Encerramos o encontro com a dinâmica da Teia das Relações, com o objetivo de envolver o grupo para o compromisso assumido.

3.2.4. Quem sou eu conselheiro? O que posso fazer? (Módulo 3)

O trabalho iniciou com o depoimento de um pai de aluno que por muito tempo atuou como conselheiro de escola. Ele relatou algumas experiências como membro do conselho. Sua participação foi importante uma vez que relatou várias ações desenvolvidas, as quais foram bem sucedidas, mostrando que o conselho pode ser atuante e contribuir com a gestão escolar, o que motivou o grupo.

Com vias a exploração da temática proposta nesta oficina, foram traçadas duas estratégias: a exposição de vídeos e a exploração de figuras. Os vídeos traziam abordagens como a questão do tempo, objetividade, trabalho coletivo, mudança de atitudes e responsabilidade, objetivando o posicionamento do grupo sobre tais assuntos. Já as figuras, abordavam as atitudes de algumas pessoas, individual e coletivamente, frente ao trabalho que desenvolvem, ora acumulando funções, ora dividindo ideias e afazeres. Outras figuras utilizadas também refletiam a forma de agir de alguns personagens que se anulavam de qualquer atitude ou ainda criticavam as atitudes dos demais, não contribuindo, e atrapalhando as ações coletivas, com críticas desnecessárias. A intenção do uso de figuras foi propor um debate sobre o comportamento dos membros do conselho frente as funções que lhes são atribuídas e suas possíveis atitudes.

Esta metodologia mostrou-se bem fértil, uma vez que o grupo se motivou, posicionando-se bastante e dentre as principais colocações do grupo a cerca do

papel do conselheiro em comparação aos meios didáticos apresentados, eles declararam que o conselho:

“Não podemos fechar os olhos para os problemas da escola...”;

“O diretor não deve carregar a escola nas costas sozinho...”;

“Não é só apontar o que os outros não fizeram, mas também o que nós podemos fazer...”

A discussão foi reforçada com a apresentação, por meio de slides, do artigo 18 e 48 do Estatuto do Conselho Escolar, que estabelece quem são os conselheiros e quais são suas funções.

Os comentários apresentados nas discussões demonstraram que os co-pesquisadores compreendem a importância da participação da comunidade na escola, embora tal participação ainda seja pequena. Observou-se também que os participantes percebem a responsabilidade dos membros do conselho e que ser conselheiro não é algo simples e demanda muita dedicação e compromisso.

Após as discussões e exposições de ideias pelo grupo, com relação ao papel dos conselheiros escolares, todos foram orientados sobre a “ficha diagnóstica”, ver BIANCO E ZIEGEMANN (2008, p. 44), a qual deveria ser discutida coletivamente, pelos diferentes segmentos da escola. Tal diagnóstico é importante, uma vez que levanta as dificuldades da escola, cujo resultado será utilizado para o planejamento das ações do conselho, no quinto encontro.

Ao final desta oficina, ficou compreendido no grupo que os membros do conselho são representantes de diferentes segmentos da comunidade escolar, eleitos por seus pares. Assim, a relação entre eles e seus segmentos, precisa estar presente nas participações e no processo de tomada de decisão coletiva, instaurando um princípio democrático na escola. Buscar ouvir os representados, assim como dar um retorno das discussões e decisões do grupo é primordial para o bom funcionamento do trabalho do conselho.

A instância colegiada, no contexto escolar, representa espaço de reflexão e tomada de decisões acerca do processo educativo, numa perspectiva democrática, assumindo um papel fundamental na escola. Este grupo que tem sua atuação de natureza consultiva, deliberativa, avaliativa e fiscalizadora do trabalho pedagógico e administrativo na escola pública, precisa estar bem consciente do seu papel. Portanto, é viável que se acompanhe a atuação desta

instância no sentido de analisar e mobilizar sua participação efetiva no processo educativo.

Para encerramento das atividades deste módulo foi realizada a exposição de um vídeo que tratava a cerca de paradigmas com fins de socialização.

3.2.5. Conselho Escolar: trabalho que requer conhecimento e formação continuada. (Módulo 4)

Iniciamos o encontro com uma atividade lúdica no estilo Programa *Talk-Show*. Para esta atividade, a pesquisadora conduziu oralmente algumas assertivas sobre assuntos abordados anteriormente. Cada participante do grupo, de acordo com o seu entendimento, buscava pela resposta da questão (positiva ou negativa). Após os posicionamentos do grupo, realizou-se um debate sobre as questões apresentadas, a fim de relembrar alguns conceitos já abordados nos encontros anteriores,

Em seguida os participantes, divididos em pequenos grupos, fizeram o estudo de alguns trechos dos Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – MEC (BRASIL, 2005-2006). Os temas previamente selecionados nestes cadernos, continham capítulos sobre o conselho escolar, o processo de democratização na escola, a atuação do conselho enquanto instância colegiada, a aprendizagem e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico. Estes temas foram escolhidos com o objetivo de subsidiar os participantes teoricamente, fortalecendo o debate da socialização que aconteceu em seguida, proporcionando um melhor entendimento ao grupo.

Para apresentação das discussões dos grupos foi utilizado o Teatro Imagem de Boal, no qual o grupo representou a ideia central do texto lido, expressando sentimentos que normalmente não revelariam por meio de palavras. O teatro Imagem de Boal é uma técnica recorrente em *Pesquisa Sociopoética*, por possibilitar a expressão de temáticas intelectuais por meio de conjuntos corporais coletivos. Isto se faz necessário para a pesquisa, uma vez que cumpre com o papel anunciado de trabalhar com a expressão do corpo, de considerar o corpo

como fonte de conhecimento, de associar o conhecimento corporal aos conteúdos intelectuais.

Neste teatro, cada grupo construiu uma cena de teatro imóvel, a partir da inspiração dos conteúdos estudados nos trechos dos cadernos lidos e discutidos nos pequenos grupos. A análise destas cenas procedeu da seguinte maneira: os grupos foram fotografados, as imagens foram observadas pelos demais participantes, que se posicionavam falando de como eles associavam aquela imagem com o conteúdo do conselho escolar. Dentre as ideias discutidas, as mais recorrentes foram “a importância do envolvimento de todos na tomada de decisão”; outro ponto discutido foi a “dificuldade de intervir na atuação dos profissionais da escola, assim como dos alunos”, o que demandaria do próprio colegiado “pensar num trabalho de formação continuada”. Outra questão de fundamental importância representada por um dos grupos foi a “autonomia da escola”, que para o grupo é vista como utópica e limitada. Esta comprovação ficou evidenciada no comentário de um dos participantes que disse: “a escola sente-se amarrada ao decidir sobre sua realidade, ou perante a lei, ou perante a Secretaria da Educação”.

A leitura do conteúdo dos cadernos foi uma atividade que proporcionou uma experiência potencialmente rica, auxiliando os conselheiros no entendimento da sua real função junto ao Conselho Escolar e principalmente, na efetivação da gestão democrática. A utilização da técnica artística também somou-se a riqueza dos procedimentos, uma vez que possibilitou que os co-pesquisadores se posicionassem de maneira ativa diante dos conhecimentos abordados nesta oficina.

Os comentários, em geral, demonstraram a necessidade, do conselho escolar organizar encontros para estudo de documentos como o projeto político-pedagógico e regimento escolar, assim como do Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros, proporcionando um embasamento teórico para agir com maior eficácia e segurança.

Para encerramento deste módulo, foi realizada uma integração, por meio de audição e comentário de uma música.

3.2.6. Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico e Planejamento Participativo (Módulo 5)

O trabalho iniciou-se com a música: **Pra não dizer que eu não falei das flores** (Charlie Brown Jr), despertando o grupo para a ação, para a hora de acontecer.

Em seguida, foi apresentado pela pesquisadora, em projetor multimídia, um esquema envolvendo a relação dos conselheiros com o Projeto Político Pedagógico. A análise e o diálogo sobre o esquema girou em torno do planejamento, da implementação e da avaliação do Projeto Político Pedagógico, como ação primordial ao Conselho Escolar, conforme previsto no art. 9º do seu Estatuto.

Na seqüência, a pesquisadora apresentou alguns pontos importantes do PPP da escola, os quais serviram de base para as possíveis ações pensadas pelo grupo. Apresentou-se, também, por intermédio de *slides*, o que é e como se organiza um Plano de Ação Participativo. Então, os co-pesquisadores foram sensibilizados a discutir e analisar o resultado da “Ficha Diagnóstica” que continha as informações levantadas anteriormente com seus pares (atividade tarefa da oficina 3).

Com base nos dados da ficha, o grupo elencou os principais problemas que a escola apresenta ou situações que merecem atenção para a maior efetivação do processo ensino aprendizagem. Dentre eles, os mais relevantes foram:

- indisciplina, falta de interesse e compromisso dos professores e dos alunos; a definição do papel dos funcionários;
- grande rotatividade de professores por diversos motivos (cursos de capacitação, licenças médicas e especiais);
- falta de espírito de equipe na escola (trabalho coletivo);
- pouco ou nenhum conhecimento do Projeto Político Pedagógico e Regimento escolar por parte dos profissionais da escola,
- o encaminhamento de alunos, pelos professores, à direção ou ao professor pedagogo por qualquer motivo.

Como a discussão foi bastante densa, o grupo não chegou a um consenso quanto ao planejamento das ações necessárias ao enfrentamento dos pontos limitantes e decidiu-se então continuar o planejamento no próximo encontro.

Um dos principais resultados consensuais do grupo, ao final dos trabalhos, foi ter decidido que havia necessidade de continuar com os encontros para estudos e debates a cerca do conselho escolar, mesmo após o encerramento desta pesquisa.

3.2.7. A relação do Conselho Escolar com a comunidade. (Módulo 6.)

Na última oficina proposta pelo projeto de intervenção, percebeu-se que o grupo sentia-se motivado, apesar de algumas pessoas não terem participado de todos os encontros.

Dando continuidade ao Plano de Ação Participativo, já iniciado na oficina anterior, os principais problemas enfrentados pela escola e encaminhados pela discussão da Ficha Diagnóstica, foram revistos e apresentados no quadro de giz. Frente ao exposto no quadro, o grupo fomentou um amplo debate que se encaminhou para algumas propostas de ação, as quais sumarizam as perspectivas do grupo, finalizando o processo das oficinas. Citamos algumas das atividades propostas:

- a) Fala, organizada pelo conselho escolar, com pais ou responsáveis pelos alunos sobre a missão de educador;
- b) momentos coletivos entre alunos e professores, por meio da participação dos alunos em reuniões pedagógicas e conselhos de classe;
- c) palestras com promotor e conselho tutelar sobre ato disciplinar e ato infracional, Estatuto da Criança e do Adolescente, Ficha de acompanhamento do Aluno entre outros assuntos relacionados ao processo comportamental, envolvendo toda a comunidade escolar;
- d) organização de mais encontros entre os conselheiros para estudos de documentos importantes, proporcionando o crescimento do grupo.

Dentre todas as ações pensadas e discutidas neste módulo, decidiu-se que seria necessário um processo de formação continuada ao grupo, um amplo

estudo do Regimento Escolar, do Estatuto do Conselho Escolar, assim como de outros documentos que amparam legalmente as decisões e ações do conselho para depois traçar ações mais concretas com relação às dificuldades levantadas. “Nós precisamos conhecer para depois cobrar dos demais e saber até onde podemos ir”, declarou um dos conselheiros.

Desta forma, ficou acordado que os encontros continuariam acontecendo no segundo semestre, uma vez a cada mês e que para o próximo ano letivo o grupo poderia, então, organizar uma intervenção efetiva junto à comunidade escolar, propondo ações significativas.

3.2.3. Contribuições do Grupo de Trabalho em Rede

O resultado dos dados produzidos nas oficinas foram expostos ao Grupo de Trabalho em Rede - GRT. Este grupo de trabalho, na modalidade de formação continuada *on line*, composta por profissionais da educação no âmbito estadual (diretores, professores, pedagogos e membros da equipe pedagógica dos Núcleos Regionais de Educação), acompanhou todo o trabalho do pesquisador, desde o planejamento até a finalização.

À medida que as oficinas ocorreram, processualmente os dados foram disponibilizados aos participantes do GTR, que participavam das discussões, dando suas contribuições a respeito dos conceitos e dos dados levantados em cada momento, interagindo sempre com o pesquisador e com o próprio grupo, nos módulos e ferramentas disponíveis no curso.

Analisando os comentários dos participantes do GTR, percebeu-se uma contribuição muita significativa, com interessantes relatos que poderiam enriquecer a análise e avaliação deste debate. Em linhas gerais os participantes do GTR apontaram diversas considerações que convergiram para três ideias principais:

- 1) Os desafios do Conselho Escolar demonstrados nas oficinas foram muitos e diversificados, principalmente no que tange ao exercício da democracia e à tomada de decisão.

- 2) As oficinas foram importantes uma vez que abriram portas para a observação dos próprios conselheiros a cerca de pontos limitantes na sua atuação na escola.
- 3) A abertura pedagógica oferecida pela pesquisa interventiva foi salientada como positiva por diversos educadores participantes do GTR, destacando-se o fato da metodologia das oficinas propiciar aos conselheiros se posicionassem de uma maneira mais ativa e participativa.

A primeira constatação aborda os enfrentamentos dos participantes com relação ao processo democrático que se instala, ou não, a cada momento nas atitudes da comunidade escolar, iniciando pela direção e permeando os demais educadores da escola, até chegar ao aluno e seus pais ou responsáveis. Segundo um participante do GTR, “Não há muito interesse por parte de quem está na administração, independente da esfera de poder, de que haja uma real participação de todos os envolvidos no processo. É uma falsa democracia.” Ou ainda como relata outro cursista: “Almejamos um processo democrático em nossas escolas, o que legalmente já é possível, porém não nos desdobramos o suficiente, enquanto cidadãos que somos, para alcançá-lo. Talvez nossas atitudes, ou a falta delas, é que impedem nossa ação realmente participativa, o que já virou questão cultural”.

A importância das oficinas como uma forma de repensar e alavancar o trabalho dos conselheiros na escola, ou de articular o grupo para observação dos pontos frágeis, que necessitam de um aprofundamento maior por parte de todos é abordado no segundo item. Quanto a esta idéia, o GTR fez diversos comentários, de diferentes esferas, como podemos constatar nos depoimentos a seguir:

“A escola não percebe a necessidade da participação do Conselho, esta é uma luta, pois o conselho só participará de forma mais efetiva na escola quando houver clareza do seu papel”.

“Os conselheiros não conhecem o estatuto, nem eles, nem mesmo os professores, tem conhecimento desta legislação”.

“Infelizmente minhas experiências como membro do conselho são frustrantes; na maioria das vezes o conselho escolar se reúne, através da convocação do diretor para resolver assuntos relevantes a aluno indisciplinado, ou assinar documentos, totalmente burocrático”.

Com relação a terceira consideração, que diz respeito a metodologia empregada nas oficinas, os participantes do GTR consideraram um ponto muito positivo, visto que o conselho é formado por pessoas de diferentes níveis intelectuais, todos fundamentais para o papel que desempenham na escola. A este respeito, a contribuição foi a seguinte: “As dinâmicas podem ser consideradas metodologias específicas a serem desenvolvidas num grupo diversificado de pessoas, o que favorece a sondagem da realidade a ser pesquisada, na percepção do nível de relações e entendimento do grupo composto com vários representantes dos segmentos escolares”. Outra consideração importante a respeito da metodologia: “A metodologia empregada no trabalho oportunizou a participação de todos, gerando um processo de aprendizagem libertador, enriquecendo o conhecimento do grupo”.

Percebe-se que as análises realizadas pelos educadores participantes do GTR corroboram com os dados levantados na pesquisa, sendo estes os três pontos focais para os desafios da implementação de um Conselho Escolar mais dinâmico na sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Antunes (2002) a participação efetiva da comunidade nas questões educativas, assim como dos conselheiros escolares, na sua maioria, ainda é pequena, ficando restrita apenas ao atendimento à burocracia imediata. A análise prévia da proposta desta pesquisa corrobora com a afirmação do supracitado autor, uma vez que a atuação do Conselho Escolar do Colégio Estadual Antônio Dorigon – EFMP, do município de Pitanga, estava intensamente desvinculado das questões de cunho pedagógico, sendo sua atuação meramente burocrática.

Embora a Constituição Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) legitimem a gestão democrática na escola pública, garantido o princípio da participação da sociedade, os dados apontam que esta prática ainda está distante do cotidiano da escola em questão. As razões para a

participação insuficiente dos conselheiros ficaram explícita por meio dos dados levantados de forma quantitativa e qualitativa.

Após o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, com a aplicação das oficinas, considerando a participação efetiva dos co-pesquisadores, assim como das abordagens de conceitos pertinentes ao tema discutido, concluímos que o grupo compreendeu a função do Conselho Escolar, bem como sua vital importância para o processo educativo. Outro ponto positivo foi a percepção do próprio grupo com relação à necessidade de momentos pré-agendados para estudos e discussões acerca de documentos como o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros, os quais são de extrema importância para o bom andamento dos trabalhos do grupo.

Desta forma, os dados dialogam com o pensamento de Veiga (2007, p. 120) quando o autor expõe que “o Conselho Escolar é um dos instrumentos de democratização da escola pública”. A partir da consolidação da gestão democrática por meio do fortalecimento das instâncias colegiadas, pode-se discutir a política pedagógica da escola, organizar um trabalho coletivo na estruturação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico, desta forma, avançando no processo de ensino e aprendizagem.

Partindo da concepção democrática, a escola deve motivar a participação ativa da comunidade escolar e local no processo eletivo do conselho. Assim como, também, ouvir, registrar e divulgar o que os alunos e comunidade pensam e falam sobre a concepção da escola pública, da educação e do ensino. Pais e alunos têm muito a contribuir com a construção de uma escola pública de melhor qualidade. Desta forma, a escola se transforma em local de estudos, de trabalho, de troca de ideias, de análise da realidade escolar, num exercício de cidadania pelos participantes. Os conselheiros passam a organizar as atividades necessárias ao cumprimento de suas funções político-pedagógicas, como parte do processo, num envolvimento coletivo, uma vez que, o olhar político-pedagógico tem como foco principal a *aprendizagem* a qual está implícita no planejamento, na implementação e na avaliação das ações da escola.

É fundamental uma gestão democrática, uma afinada relação entre a gestão escolar e os demais membros do conselho, proporcionando a interação e

organização de grupos de estudo e discussão, fortalecendo o diálogo entre todos os sujeitos, considerando os diferentes saberes para a construção coletiva do conhecimento. Assim, a gestão escolar apresenta-se como uma dimensão viva, dinâmica e potencial da construção do conhecimento e das competências humanas e cognitivas do espaço escolar. Dentro desta gestão, o Conselho Escolar é o “coração” pulsante e dinâmico do processo de criação, produção e – sobretudo – democratização do saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho?** Como organizar o Colegiado Escolar. Guia da Escola Cidadã – Instituto Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2002.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BIANCO, Ariane Andrade; ZIEGEMANN, Rita Joseane da Luz. **As Intâncias Colegiadas e a Gestão Democrática da Escola Pública: Conselho Escolar e Grêmio Estudantil**. SEED/UNICENTRO: Guarapuava, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 46/2005 e pelas Emendas Constitucionais nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005. 437p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB nº. 9394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Cadernos nº 1 - 5. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Cadernos nº 6 - 10. 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia o discurso competente e outras falas**. 11ª ed. ver. E amp. – São Paulo: Cortez, 2006.

FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.

GAUTHIER, Jacques. **Sociopoética – encontro entre arte, ciência e democracia na pesquisa em ciências humanas e sociais, enfermagem e educação**. Rio de Janeiro: Ed. Escola Anna Nery/UFRJ, 1999.

GUTIERREZ, G.L.; CATANI, A. M. **Participação e gestão escolar: Conceitos e potencialidades.** In: FERREIRA, N. S. C. (org.) *Gestão democrática da educação: Atuais tendências, novos desafios.* São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública.** A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 14ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática.** 5ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARQUES, Mário Osório. **O projeto pedagógico: A marca da escola.** In: *Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola.* Ijuí, Unijuí, nº 18. abr/jun. 1990.

NOGUEIRA, F.M.G.; RIZZOTTO, M. L. F. **Estado e políticas sociais.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

PARANÁ. **Estatuto do Conselho Escolar.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Coordenação de Apoio a Direção e Equipe Pedagógica. Curitiba – PR, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da escola pública.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, ética e liberdade.** São Paulo: Cortez, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública.** São Paulo: Xamã, 1995.

PETIT, Sandra H. **Sociopoética: potencializando a dimensão poética da pesquisa.** In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de e VASCONCELOS, J. Geraldo. *Registros de pesquisa na educação. Coleção Diálogos Intempestivos: UFC, 2002.*

PONT, Raul. **Democracia representativa e democracia participativa.** In: FISCHER, Nilton B. e MOLL, Jacqueline (orgs.) *Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo.* Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

PRAIS, Maria de Lourdes Melo. **Administração Colegiada na Escola Pública.** Campina – SP: Papiros, 1990.

SANTOS, Iraci dos e SANTANA, Rosimere Ferreira. **Dialogicidade na Sociopoética: Aplicando os Princípios da Teoria da Ação Dialógica de Paulo Freire.** Disponível em: <www.paulofreire.org.br>. Acesso em 22/07/08.

SILVA, I. L. F. S. **Reforma ou contra reforma no sistema de ensino do Estado do Paraná. Uma análise de meta da igualdade social nas políticas educacionais dos anos 90.** In: HIDALGO, Â. M. e SILVA, I. L. F. (orgs.). *Educação e Estado: As mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90.* Londrina: Ed. UEL, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico.** Conselho Escolar e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papirus, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político da escola – uma construção possível. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** Campinas – SP: Papirus, 1995.

VEIGA, Z. de P. A. **As instâncias colegiadas da escola.** In: VEIGA, I. P. A.; REZENDE, L. M. G. de Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico. Campinas - SP: Papirus, 1998.

ZIEGEMANN, Rita Joseane da Luz; BIANCO, Ariane Andrade; NONATO JUNIOR, Raimundo. **Gestão Educacional, Democracia e Cultura de Paz: a percepção de Instâncias Colegiadas em Escola Estaduais no Paraná.** IN MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do e NONATO JUNIOR, Raimundo. Cultura de Paz: do Conhecimento à Sabedoria. Fortaleza: Edições UFC, 2008.